



ATA DE REUNIÃO

1
2 Aos vinte e oito dias do mês de março do ano de dois mil e dezanove, às nove horas, na sede da
3 autarquia RIOPRETOPREV, sito à Rua General Glicério, nº. 3553 (Centro), em cumprimento
4 ao que estabelece a Lei Complementar 139/2001, reuniu-se o Conselho Fiscal, composto pelos
5 *Membros:* José dos Santos Filho, Carlos Alberto Martinelli e Nazir Tarraf. O membro Maria Ines
6 Spinelli Arantes justificou sua ausência. A reunião teve como pauta: I – **Abertura dos**
7 **Trabalhos: 1.1) Verificação do quórum de maioria absoluta; 1.2) Comunicações do**
8 **Coordenador do Conselho Fiscal; 1.3) Palavra dos Conselheiros Fiscais; II – Ordem da**
9 **Pauta do Dia: 2.1) Exame das Contas de 2018, com emissão de parecer; 2.2) Aprovação**
10 **das Alterações do Regimento Interno; 2.3) Aprovação do Relatório de Gestão Coporativa**
11 **ref. 1º Semestre de 2018; 2.4) Aprovação da ata da presente reunião e da reunião anterior.**
12 Os membros não utilizaram a palavra. Adentrando a ordem do dia o Analista Contábil da
13 Entidade, Hélio Antunes Rodrigues, informa que, conforme praxe da entidade, as demonstrações
14 contábeis do exercício de 2018 foram submetidas a processo de auditoria externa independente.
15 O Analista Contábil solicita que o relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações
16 contábeis seja anexado a ata, para que faça parte integrante desta. Os conselheiros aprovam, por
17 unanimidade, a solicitação de anexação do relatório. O Diretor Executivo, Adriano Antonio
18 Pazianoto, destaca ainda a presença dos senhores Alisson Oliveira e Noroel Alcantara da Silva
19 Junior, representantes da Empresa Award Auditores, que realizou a auditoria nas demonstrações
20 contábeis de 2018, ressaltando que os mesmos estão à disposição dos conselheiros para eventuais
21 esclarecimentos. Os representantes da empresa supramencionada fizeram a apresentação do
22 relatório emitido em 14 de março de 2019 sobre as demonstrações contábeis findas em
23 31/12/2018, com as seguintes ressalvas: *a) conforme nota explicativa no 3.1, o Município de São José do*
24 *Rio Preto editou a Lei Complementar 545 de 6 de setembro de 2017, que transfere o direito de recebimento de*
25 *créditos judiciais do IPESP – Instituto de Previdência do Estado de São Paulo. Este processo teve seu trânsito*
26 *judgado e está em processo de habilitação para o recebimento de precatórios. Devido a natureza do processo e por*
27 *tratar-se de recebimento futuro de outra autarquia, não é possível concluir acerca da necessidade ou não de correção*
28 *monetária dos valores, ajuste a valor presente ou provisão para deságio do valor registrado de R\$ 155.700 mil; b)*
29 *Conforme comentado na nota explicativa no 5.1, os dados utilizados para o registro dos ajustes do passivo atuarial*
30 *no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, são relacionados ao exercício social imediatamente anterior.*
31 *Este procedimento é utilizado pela administração da Entidade por entender que a portaria 403/2008 em seu*
32 *artigo 14 o prevê. Entretanto, conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil para entidades públicas, o passivo*
33 *deve ser reconhecido pelo regime de competência. Assim sendo, não nos foi possível por meio de outros procedimentos,*
34 *concluir acerca da necessidade ou não de complemento do saldo registrado como passivo atuarial de R\$ 564.940*
35 *mil. c) A Entidade figura como requerida em diversas ações judiciais demandadas por participantes, postulando*
36 *principalmente a obtenção de redução, isenção ou devolução de contribuições, revisão de aposentadorias, concessão de*
37 *pensões, incorporação de vantagens, entre outras demandas. Entretanto não foi registrada contabilmente a provisão*
38 *para fazer frente às perdas decorrentes de decisões desfavoráveis ou com provável possibilidade de perda. Em razão*
39 *dos assessores jurídicos da Entidade não terem mensurado em 31 de dezembro de 2018, os montantes envolvidos*
40 *atualizados das referidas demandas, que de acordo com esses assessores jurídicos, em sua maioria impactam o*
41 *fundo financeiro, não foi possível a aplicação de procedimentos obrigatórios e alternativos de auditoria visando a*
42 *validação dos critérios aplicados pela administração para o não registro de qualquer valor, a título de provisão para*
43 *passivos eventuais em discussão judicial. O relatório da auditoria contém também um ponto de ênfase:*
44 *Sem ressaltar nossa opinião, chamamos a atenção para que em 31 de dezembro de 2018, a Entidade possui R\$*
45 *91.192 mil relacionado a imóveis recebidos da Prefeitura do Município de São José do Rio Preto para fazer frente*
46 *a alíquota suplementar instituída pela Lei Complementar 396/2013. Estes imóveis são avaliados por meio de*
47 *laudo, entretanto a realização efetiva pelo montante registrado e sua liquidez dependerão das condições de mercado*
48 *no momento da alienação. Em seguida, o Analista Contábil da entidade, Hélio Antunes Rodrigues,*
49 fez a apresentação do balanço anual do exercício de 2018 e das demais peças contábeis (que



50 foram encaminhadas antecipadamente aos pares). Os conselheiros debateram sobre as
51 informações apresentadas e, por unanimidade, **DELIBERARAM PELA APROVAÇÃO DAS**
52 **DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRESTAÇÃO DE CONTAS DA UNIDADE**
53 **GESTORA DO RPPS REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2018, COM AS MESMAS**
54 **RESSALVAS INDICADAS PELOS AUDITORES INDEPENDENTES; Decidiram**
55 **ainda**, com base nas ressalvas apontadas, nos termos do disposto inc. VII, do art. 112 da Lei
56 Complementar 139/2001, com redação dada pela Lei Complementar nº 566/2018, **solicitar que**
57 **a Diretoria da entidade adote medidas saneadoras para: a) Evitar distorções no balanço**
58 **em razão da necessidade ou não de correção dos valores, ajuste a valor presente e/ou**
59 **provisão de deságio referente ao valor do direito ao crédito oriundo do processo judicial**
60 **nº 0037985-46.2008.26.0576 (Ação do IPESP); b) evitar distorções no balanço contábil da**
61 **entidade em razão do cálculo do passivo atuarial, registrando a variação das reservas**
62 **matemáticas no mesmo ano da base de dados; c) evitar distorções no balanço contábil da**
63 **entidade com a implantação de metodologia que permita avaliar o montante relativo ao**
64 **passivo judicial, com o consequente lançamento de provisão nas demonstrações**
65 **contábeis. Em seguida, os membros determinaram a expedição do Parecer. Seguindo na**
66 **ordem do dia foi lida e aprovada a nova versão do Regimento Interno do Conselho Fiscal,**
67 **na qual foi consolidada as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 566/2018. O**
68 **Diretor Executivo, Adriano Antônio Pazianoto, também reapresentou ao Conselho o relatório**
69 **semestral de governança corporativa, referente ao primeiro semestre de 2018. Segundo o Diretor,**
70 **o relatório é um instrumento de transparência e prestação de contas da gestão, que deverá ser**
71 **submetido à análise e aprovação do Conselho Fiscal. Tal relatório tem informações sobre: a)**
72 **dados dos segurados, receitas e despesas previdenciárias; b) evolução da situação atuarial; c)**
73 **gestão dos investimentos; d) publicação das atividades dos órgãos colegiados; e) relatório de**
74 **atividades institucionais, entendidas como aqueles referentes à gestão de pessoal, gestão**
75 **orçamentária e financeira, gerenciamento do custeio e contrato, cumprimento de decisões**
76 **judiciais e conformidade; f) estatísticas dos canais de atendimento. O relatório de governança**
77 **corporativa, referente ao primeiro semestre de 2018 foi aprovado por unanimidade. Para**
78 **constar, eu Adriano Antonio Pazianoto, _____, lavrei a presente ata, que**
79 **depois de lida e achada conforme, vai por mim assinada e por todos os presentes.**
80
81


Carlos Alberto Martinelli


José dos Santos Filho


Nazir Tarraf